



MINISTÉRIO DA CULTURA
SECRETARIA DE POLÍTICAS CULTURAIS
DIRETORIA DE ESTUDOS E
MONITORAMENTO DE POLÍTICAS CULTURAIS
COORDENAÇÃO GERAL DE ECONOMIA
DA CULTURA E ESTUDOS CULTURAIS



**FÓRUM NACIONAL DE
SECRETÁRIOS E DIRIGENTES
ESTADUAIS DE CULTURA**

Brasília, 13 de maio de 2010

Rede de Gestores Públicos da Economia Criativa

A Economia Criativa vem ganhando espaço nas políticas estratégicas de diversos países, por ser um dos setores que mais cresce e mais emprega no conjunto da economia mundial nas últimas décadas. Governos de diversos países já têm estratégias construídas entre setor público e privado no planejamento de longo prazo para o campo.

No Brasil, a Economia Criativa tem evidente potencial de crescimento, dada a diversidade da cultura nacional, a multisetorialidade e a multidisciplinaridade da área. Mesmo que a Economia Criativa ainda não esteja inserida no rol das políticas públicas estratégicas e prioritárias de Estado, não se pode negar que houve avanços significativos acerca do tema nos últimos anos.

Para que a área possa se desenvolver ainda mais, é preciso articulação para construção de políticas integradas para o setor, que envolvam entes federados, ministérios, instituições da iniciativa privada e sociedade civil e considere o potencial que a diversidade cultural brasileira tem de gerar desenvolvimento econômico, social e regional. Ademais, é essencial aproveitar o interesse crescente do mundo pela cultura e

criatividade brasileiras e as possibilidades abertas por conta da realização da Copa do Mundo e das Olimpíadas.

Uma das iniciativas realizadas com o objetivo de impulsionar o tema aconteceu com a II Conferência Nacional de Cultura, que considerou a Economia Criativa como um dos eixos debatidos por todos os setores. Nesse sentido, deu-se ênfase a três aspectos: financiamento da cultura, sustentabilidade das cadeias produtivas da cultura e geração de trabalho e renda. Nas resoluções do encontro, com a aprovação das propostas prioritárias, já se observou o peso relativo diferenciado da área.

A tarefa de fortalecer a Economia Criativa brasileira deverá partir do reconhecimento do campo para a construção de modelo de desenvolvimento mais inclusivo e com maior distribuição de renda. Será necessário, então, que o país reconheça a força de sua cultura e atente para a vitalidade desse segmento econômico, posicionando-o de forma central nas políticas públicas e nas estratégias de governo.

Para isso, apresentamos compromissos nos quais se enunciam nossas diretrizes e recomendações de ação. Mais que isso, buscamos por meio da criação de uma rede de gestores públicos da Economia Criativa, a EM PAUTA, a institucionalização de política comum de longo prazo para o desenvolvimento da Economia Criativa nacional respeitando o pacto federativo.

Considerando que:

1) A Economia Criativa tem a capacidade de: i) agregar valor às parcelas de criatividade, simbologia, inovação e propriedade intelectual dos produtos culturais e criativos; ii) enxergar a diversa e sofisticada produção cultural brasileira como um dos grandes ativos econômicos do país, especialmente por conta do seu potencial de gerar trabalho, renda, oportunidades empreendedoras e crescimento econômico; iii) creditar à cultura o papel de promover desenvolvimento sócio-econômico e regional; iv) promover novo modelo de desenvolvimento socioeconômico regional, que amplie oportunidades educativas, de trabalho e seja mais inclusivo e solidário e; v) promover desenvolvimento inclusivo e desconcentrado.

2) O Ministério da Cultura e os Órgãos Estaduais da Cultura já desenvolvem programas e ações de Economia Criativa.

3) A II Conferência Nacional de Cultura e o Plano Nacional de Cultura também apresentam diretrizes de ação para a Economia Criativa.

Nós, abaixo relacionados, acordamos em torno dos seguintes compromissos com vistas ao fortalecimento da Economia Criativa do País e a consolidação de políticas públicas para o campo:

Tema 1 – INSTITUCIONALIZAÇÃO

Compromissos:

- Fortalecer a Economia da Cultura como um dos setores fundamentais dentro das instituições de Estado;
- Valorizar as políticas públicas que estimulem a Economia Criativa;
- Criação e fortalecimento de instituições, núcleos, órgãos, grupos de trabalho, entre outros, voltados para a Economia Criativa;
- Fortalecer os marcos regulatórios e tributários da Economia Criativa;
- Consolidar a produção de indicadores e informações da Economia Criativa.

Tema 2 - FOMENTO, PROMOÇÃO E ACESSO

Compromissos:

- Aumentar e diversificar as linhas de financiamento e fomento para as cadeias produtivas da Economia Criativa;
- Fomentar processos de exportação de bens criativos;
- Criar mecanismos para a circulação e distribuição de bens criativos.

Tema 3 - DESENVOLVIMENTO REGIONAL/LOCAL

Compromissos:

- Potencializar as oportunidades da Economia Criativa para o estímulo à sustentabilidade, ao saber local, à valorização dos costumes e tradições, à economia solidária e ao crescimento econômico com conseqüente diminuição das desigualdades sociais.
- Estimular as cidades a serem cada vez mais responsáveis pela difusão da cultura e pela criação de oportunidades culturais para os cidadãos.

- Encorajar a formação de Arranjos Produtivos Locais culturais como meio de promover o desenvolvimento das comunidades.

Tema 4 - TRABALHO, RENDA E EMPREENDEDORISMO

Compromissos:

- Estimular a percepção de que cultura pode gerar emprego e renda para o trabalhador brasileiro;
- Valorizar o empreendedorismo cultural na Nação;
- Garantir o reconhecimento das profissões culturais e artísticas;
- Promover a formação técnica/capacitação/qualificação para empreendedores e trabalhadores dos setores da economia criativa.

Tema 5 – INOVAÇÃO E DIREITO INTELECTUAL

Compromissos:

- Fomentar e valorizar a produção de conhecimento, pesquisa, desenvolvimento e inovação no campo da economia criativa;
- Promover a capacitação de autores, artistas, etc para melhor gerirem os direitos intelectuais de suas obras e produtos;
- Promover a conscientização dos autores e demais titulares e da sociedade sobre seus direitos de acesso de forma a promover um ambiente de equilíbrio entre a proteção autoral e o acesso à cultura, à informação, ao conhecimento e à educação;
- Garantir meios adequados às populações tradicionais e grupos de cultura popular para protegerem os conhecimentos e expressões culturais tradicionais que geram.